



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO-TSE Nº 04/2022

Pelo presente instrumento,

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília-DF, CNPJ [REDACTED], neste ato representado pela **DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA SUBSTITUTA**, Senhora **ADAIRES AGUIAR LIMA**, portadora da Carteira de Identidade [REDACTED], CPF [REDACTED], (doravante denominado “**TSE**”); e **WHATSAPP LLC.**, sociedade constituída em Delaware e existente de acordo com as leis da Califórnia, EUA, com sede em 1601 Willow Road, Menlo Park, Califórnia, EUA, 94025, neste ato representado pela Senhora **VICTORIA GRAND**, Public Plicy & Communications WhatsApp (doravante denominado “**WhatsApp**”);

TSE e WhatsApp em conjunto denominados “Partes”, e, isoladamente, “Parte”;

CONSIDERANDO que a produção e difusão de informações falsas e fraudulentas pode representar risco a valores essenciais à sociedade e à democracia, bem como afetar de forma negativa a legitimidade e a credibilidade do processo eleitoral e a capacidade das eleitoras e dos eleitores de exercerem o seu direito de voto de forma consciente e informada;

CONSIDERANDO que a responsabilidade pelo enfrentamento da desinformação é de todos os atores comprometidos com a democracia, sejam eles os eleitores, os partidos políticos, os candidatos, as instituições da sociedade civil organizada, a academia, os especialistas nos mais diversos ramos e, também, as empresas de tecnologia e plataformas digitais;

CONSIDERANDO que o Tribunal Superior Eleitoral instituiu, por meio da Portaria TSE nº 510/2021, o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral (“Programa de Enfrentamento à Desinformação”), com a finalidade de combater, de modo ininterrupto, a desinformação relacionada à Justiça Eleitoral e aos seus integrantes, ao sistema eletrônico de votação e ao processo eleitoral em suas diferentes fases (“desinformação contra o Processo Eleitoral”);

CONSIDERANDO a importância da união de esforços entre a Justiça Eleitoral, sociedade civil e iniciativa privada, incluindo os provedores de aplicação de Internet, para mitigar os efeitos negativos da desinformação sobre o processo eleitoral, por meio de ações contínuas de: disseminação de informações oficiais; alfabetização midiática e capacitação; e identificação e contenção de casos e práticas de desinformação; e;

CONSIDERANDO que o WhatsApp aderiu ao Programa de Enfrentamento à Desinformação e deseja continuar a colaborar com o TSE para implementar medidas concretas para combater a desinformação, especialmente com vistas ao objetivo do Programa de garantir a legitimidade e a integridade das Eleições 2022;

RESOLVEM celebrar o presente **MEMORANDO DE ENTENDIMENTO** ("Memorando"), de acordo com os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. O presente Memorando de Entendimento tem por objeto o estabelecimento de parceria entre as Partes para o enfrentamento à desinformação contra o Processo Eleitoral, incluindo a legitimidade e a integridade das Eleições 2022, por meio da definição de ações, medidas e projetos que serão desenvolvidos conjuntamente para esse fim.

CLÁUSULA SEGUNDA DURAÇÃO

2.1. O presente Memorando de Entendimentos vigorará por prazo determinado, tendo início a partir da sua data de assinatura e encerramento em 31.12.2022, após o fim do ciclo eleitoral, sem prejuízo do desenvolvimento contínuo de ações no âmbito da parceria permanente firmada por meio da adesão ao Programa de Enfrentamento à Desinformação.

CLÁUSULA TERCEIRA AÇÕES PARA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS

3.1. O **WhatsApp** se compromete a implementar as seguintes iniciativas para a difusão de informações confiáveis e de qualidade sobre o processo eleitoral, sem prejuízo de outros projetos, ações e medidas que venham a ser acordados entre as Partes:

3.1.1. Acesso de interface à *Business Application Programming Interface* ("API") do WhatsApp

O WhatsApp contará com o acesso do TSE à sua API, de modo que, para as Eleições de 2022, o TSE poderá ter um canal oficial no WhatsApp para se comunicar diretamente com os eleitores brasileiros.

O desenvolvimento e liberação do canal na API em referência serão executados, conforme orientação do TSE, por um "*Business Solution Provider*" para prover serviços de mensageria via WhatsApp. A escolha e a contratação do "*Business Solution Provider*" serão realizadas pelo TSE, com a colaboração do WhatsApp para a continuidade do acesso à API durante as Eleições de 2022.

O TSE concorda que o uso da API estará sujeito aos termos de serviço e políticas aplicáveis, as quais poderão limitar os usos permitidos e que qualquer renúncia ao recebimento de valores pelo uso da API poderá ser limitado no tempo e está sujeito aos termos acordados entre o TSE e o "*Business Solution Provider*".

3.1.2. Stickers no WhatsApp

As partes trabalharão em conjunto no desenvolvimento de Stickers sobre eleições para serem veiculados no aplicativo WhatsApp.

CLÁUSULA QUARTA AÇÕES PARA CAPACITAÇÃO

4.1. O WhatsApp se compromete a implementar as seguintes iniciativas de alfabetização midiática e capacitação com vistas ao enfrentamento à desinformação, sem prejuízo de outros projetos, ações e medidas que venham a ser acordados entre as Partes:

4.1.1. Seminários com o TSE e os Tribunais Regionais Eleitorais ("TRES")

O WhatsApp capacitará colaboradores do Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. para que eles possam conduzir seminários para os servidores do TSE e dos TRES, com explicações sobre o aplicativo WhatsApp, abarcando os seguintes temas: (i) boas práticas no uso dos recursos e funcionalidades do aplicativo, notadamente as mais recentes; (ii) regras e políticas aplicáveis; (iii) aspectos práticos de contencioso eleitoral e; (v) medidas que estão sendo adotadas pelo WhatsApp para as Eleições de 2022. Os seminários poderão ser realizados nas modalidades presencial ou remota (online), a depender das condições sanitárias e da disponibilidade dos participantes e palestrantes.

O TSE ficará responsável pelo contato com os TRES para agendamento das datas designadas para cada Tribunal, com uma divisão de 3 Tribunais por seminário, totalizando 9 seminários para atender todos os Estados e o Distrito Federal.

Os seminários serão compostos de uma exposição sobre as iniciativas do WhatsApp com posterior abertura de oportunidade para perguntas e interação com os participantes.

4.1.2. Cartilha educativa sobre o WhatsApp

O WhatsApp produzirá uma cartilha com informações sobre o aplicativo, inclusive: (i) aspectos práticos sobre o seu funcionamento; e (ii) informações úteis aos seus usuários sobre como combater a desinformação.

O TSE apoiará o material, autorizando a aposição de sua marca sobre as cartilhas, bem como promoverá a sua distribuição digital para todos os TREs.

CLÁUSULA QUINTA AÇÕES PARA CONTENÇÃO DA DESINFORMAÇÃO

5.1. O WhatsApp se compromete a implementar as seguintes iniciativas para a célere identificação e contenção de casos e práticas de desinformação, sem prejuízo de outras ações, medidas e projetos que venham a ser acordados entre as Partes:

5.1.1. Canal de comunicação extrajudicial

Por meio do canal de comunicação extrajudicial exclusivamente dedicado ao TSE para que informe ao WhatsApp contas suspeitas de realizar disparos em massa ("Canal de Comunicação"), a ser fornecido pelo aplicativo, o TSE poderá informar ao WhatsApp os números de telefone das contas de WhatsApp que, de acordo com a avaliação do TSE, baseada em denúncias de eleitores, apresentam suspeitas contemporâneas de envolvimento com disparos em massa de conteúdo eleitoral ("Denúncias").

O TSE disponibilizará formulário eletrônico para que eleitores e TREs formalizem as Denúncias, especificando provas, indícios e circunstâncias dos fatos narrados. Para mitigar riscos de indisponibilidade do sistema em razão de grande volume de acesso, o TSE poderá exigir a devida identificação de cada usuário e limitará a quantidade de denúncias por usuário.

O TSE centralizará o recebimento das Denúncias, fará a triagem das informações apresentadas e encaminhará ao WhatsApp, pelo Canal de Comunicação, apenas aquelas devidamente instruídas e que apresentem fundadas suspeitas de envolvimento contemporâneo das contas com disparos em massa.

Em caso de indisponibilidade do formulário eletrônico do TSE por grande volume de acesso, suspeita de fraudes nas denúncias ou utilização abusiva do Canal de Comunicação, o TSE e/ou o WhatsApp poderão suspender o funcionamento do formulário eletrônico e do Canal de Comunicação, mediante envio de notificação por escrito à outra parte.

Recebidas as Denúncias, o WhatsApp conduzirá uma investigação interna para verificar se as contas indicadas violaram os termos de serviço e políticas do WhatsApp sobre disparo em massa e serviços de mensagens automáticas e banirá essas contas caso sejam constatadas violações aos referidos termos e políticas.

Os banimentos realizados pelo WhatsApp em resposta às Denúncias serão baseados, exclusivamente, na violação dos termos de serviço e políticas do WhatsApp sobre disparos em massa e serviços de mensagens automáticas.

As Denúncias possuem natureza meramente informativa, não ensejando a criação de qualquer obrigação às partes de adotar quaisquer medidas contra as contas informadas e usuários, e banimentos realizados pelo WhatsApp em resposta às Denúncias não serão considerados prova de ilícito eleitoral.

O recebimento das Denúncias não cria para o WhatsApp a obrigação de preservar dados sobre as contas indicadas para além do período de guarda obrigatória de registros de acesso prevista na legislação aplicável. Requerimentos de preservação de dados por período maior do que o previsto na legislação aplicável devem ser encaminhados ao WhatsApp através dos meios previstos na legislação aplicável.

Se o WhatsApp receber Denúncia sobre mais de 50 contas, será informado ao TSE: (a) o número agregado de denúncias recebidas de contas que estavam ativas quando do início da investigação pelo WhatsApp; e (b) o número agregado de banimentos implementados contra as contas denunciadas por disparo de mensagens automatizadas, depois que o Canal de Comunicação tiver sido desativado.

O Canal de Comunicação não constitui meio adequado para citar e/ou intimar o WhatsApp de ordens judiciais ou enviar outras requisições de natureza eleitoral.

O WhatsApp deverá ser citado e/ou intimado de decisões judiciais e outras requisições de natureza eleitoral através dos meios previstos na legislação aplicável.

O Canal de Comunicação será lançado em data a ser combinada entre as partes e será desativado após o dia 1º de dezembro de 2022.

CLÁUSULA SEXTA OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. As Partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, razoáveis esforços para a execução das iniciativas descritas neste Memorando, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos e materiais, ressalvado o disposto na Cláusula Sétima.

6.2. As Partes se comprometem a manter, durante todo o período de vigência deste Memorando, interlocução constante, inclusive mediante: (i) a indicação de pontos-focais do TSE e do WhatsApp para a coordenação das iniciativas; e (ii) a realização de reuniões periódicas para a adequada execução das ações, medidas e projetos previstos neste Memorando e para a definições de ações adicionais de enfrentamento à desinformação, especialmente durante as Eleições 2022.

6.3. O TSE e o WhatsApp começarão a trabalhar em conjunto imediatamente para que as iniciativas aqui indicadas sejam implementadas.

6.4. As iniciativas descritas neste memorando serão realizadas pelo WhatsApp ao TSE de forma voluntária e gratuita, de modo que o WhatsApp não será responsabilizado ou sofrerá sanções caso descumpra alguma das obrigações acima previstas.

CLÁUSULA SÉTIMA RECURSO FINANCEIROS

7.1. O presente Memorando é celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros ou transferências de recursos entre o TSE e o WhatsApp.

CLÁUSULA OITAVA DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O extrato deste memorando será publicado no Diário Oficial da União e a íntegra do documento será publicada pelo TSE em seu portal na internet, ficando disponível a todos os interessados.

8.2. O presente Memorando poderá ser modificado no todo ou em parte – desde que a alteração não desnature o objeto –, devendo para isso ser celebrado aditivo, que para todos os fins legais será considerado parte integrante deste Memorando.

8.3. Todos os avisos e as notificações relacionados com este Memorando deverão ser feitos por escrito, por meio dos endereços eletrônicos comunicados pelas Partes.

8.4. As situações não previstas neste Memorando serão solucionadas de comum acordo entre as Partes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

**VICTORIA GRAND
VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA WHATSAPP INC.**



Documento assinado eletronicamente em **10/01/2022, às 18:11**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).

**ADAÍRES AGUIAR LIMA
DIRETORA-GERAL - SUBSTITUTA**



Documento assinado eletronicamente em **11/01/2022, às 17:26**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1896584&crc=91FE0D4C, informando, caso não preenchido, o código verificador **1896584** e o código CRC **91FE0D4C**.